

PARECER N.º /2025.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PROJETO DE LEI N.º 25/2025.

OBJETO: RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA INSTITUTO AÇÃO.

AUTORA: VEREADORA ANINHA.

RELATOR: SERGINHO DA RÁDIO.

1. Relatório:

De iniciativa da ilustre Vereadora Aninha, o Projeto de Lei n.º 25/2025 tem o objetivo de reconhecer como de utilidade público o Instituto Ação.

Recebido em 11 de abril de 2025, o Projeto de Lei n.º 25/2025 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição e Justiça por força do disposto nas alíneas ‘a’ e ‘g’ inciso I, do art. 102, I, ‘a’ e ‘g’ do Regimento Interno desta Casa Legislativa, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Passa-se a este Relator, relatar a matéria.

2. Fundamentação:

2.1. Competência:

A análise desta Comissão se restringe ao disposto no Regimento Interno desta Casa nas alíneas “a” e “g” do inciso I do artigo 102, conforme abaixo descrito:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:
a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de



*projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;(...)
g) admissibilidade de proposições.*

A Lei Orgânica do Município de Unaí trouxe em seu artigo 62 a competência privativa da Câmara Municipal para o reconhecimento de utilidade pública das entidades, senão vejamos:

*Art. 62. Compete privativamente à Câmara Municipal:
XXVI - reconhecer de utilidade pública entidades de caráter associativo e cooperativista do Município;*

No que tange ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Unaí, encontram-se as seguintes previsões:

Art. 172. O Presidente da Câmara só recebe proposição redigida com clareza e observância da técnica legislativa e do estilo parlamentar.

(...)

§ 6º A proposição que objetivar a declaração de utilidade pública somente será recebida pelo Presidente da Câmara se acompanhada pelos documentos exigidos em legislação específica do Município.

Art. 251. Salvo disposições regimentais em contrário, passam por dois turnos de discussão e votação todas as proposições, com exceção das que tenham tramitação disposta em regulamento próprio e as proposições que passam por turno único dispostas a seguir:

(...)

IV - que declarem entidades de utilidade pública;

A Lei Municipal n.º 1.296, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta o reconhecimento de utilidade pública menciona que:

Art. 2º A iniciativa do processo de reconhecimento de utilidade pública cabe ao Prefeito, a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara.

Assim, não há vício de iniciativa.

2.2. Requisitos:

O projeto de lei em questão de autoria da Vereadora Aninha objetiva reconhecer como de utilidade pública o Instituto Ação, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro no Município de Unaí, Estado de Minas Gerais, registrada em 2 de abril de 2024 e devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o n.º 54.560.718/0001-61.

A Lei n.º 1.296, de 1990, traz os seguintes requisitos:

Art. 3º São condições indispensáveis para o reconhecimento de utilidade pública, observada a finalidade de cada associação:

I - ter no mínimo 1 (um) ano de comprovada atuação em favor da coletividade, contados da data de sua fundação;

II - contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino, da saúde, do transporte, dos serviços públicos e das atividades culturais do Município;

III - auxiliar na formação da cultura local, através do pluralismo de ideias e da livre manifestação e expressão;

IV - executar atividades de caráter assistencial ou educacional; e

V - exercer quaisquer atividades que contribuam, diretamente, para o desenvolvimento científico, artístico e histórico e para a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. É vedado o reconhecimento de utilidade pública a órgãos ou entidades que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

Art. 4º O processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - estatuto social registrado em cartório competente (fls. 7/22);

II - declaração da diretoria de que não remunera, a qualquer título, os mantenedores e os associados (fl. 50);

III - relatórios das gratuidades dos alunos que pagam mensalidades, e o último balancete mensal quando se tratar de entidade educacional;

IV - declaração da diretoria de que a entidade está em funcionamento, com estrita observância dos estatutos (fl. 48);

V - cópia da ata de eleição da diretoria em exercício (fls. 5/6);

VI - comprovação de patrimônio superior a 100 (cem) vezes o maior valor de referência, em caso de fundação;

VI - inscrição no cadastro geral de contribuintes (fl. 46); e

VII - extrato do estatuto publicado no Diário Oficial do Estado.

Verifica-se que foram juntados, os seguintes documentos para realização do Parecer do PL 25/2025:

- O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ - sob o n.º 54.560.718/0001-61, com situação cadastral ativa, com data de abertura 2/4/2024 e descrição da natureza jurídica como sendo associação privada (**fl. 46**);
- Ata da eleição e posse do Instituto Ação, realizada no dia 31/10/2023 às 19h39min. em primeira chamada (**fl. 5**);
- Documento de Averbação devidamente registrado no Cartório Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Unaí – Minas Gerais (**fl. 6**);
- Ata de Fundação do Instituto Ação, fundada no dia 31 de outubro de 2023 (**fl. 5**);
- Declarações assinadas pelo Presidente, Senhor Matheus Fernandes Gonçalves, datadas de 2/4/2024, afirmando que o Instituto Ação está em pleno funcionamento de suas atividades,



com estrita observância dos estatutos e não remunera a qualquer título, seus mantenedores e os respectivos associados, bem como não goza de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público (fls. 48/50);

- Estatuto do Instituto Ação sob o protocolo de n.º 50631 REG n.º 1179, data 2/4/2024, livro: A 76 (fls. 7/22).

Ressalta-se que segundo o parágrafo único do artigo 4º da Lei n.º 1.296, de 1990, a declaração ou a apresentação de documentos falsos implica nulidade imediata do ato de reconhecimento de utilidade pública e na suspensão de todos os seus efeitos.

O interstício mínimo de 1 (um) ano de atuação a favor da coletividade, exigido pelo inciso I do artigo 3º da Lei n.º 1.296 de 1990, encontra-se cumprido, pois consta a data 2 de abril de 2024 do registro do estatuto e a Presidente do Instituto declara que a entidade se encontra em funcionamento com estrita observância do estatuto.

O comprovante da publicação do extrato do Estatuto Social em órgão oficial, antes uma exigência prevista no inciso VIII do artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.296, de 1990, e no artigo 121 da Lei Federal n.º 6.015/73 deixou de ser necessário ao reconhecimento de utilidade pública da associação, em face da modificação sofrida por este último dispositivo, por força da Lei Federal n.º 9.042, de 9 de maio de 1995.

O autor do projeto traz a seguinte justificativa:

“A presente iniciativa visa conceder o reconhecimento público ao Instituto Ação, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Unaí, Minas Gerais. Fundado em 2 de abril de 2024, o Instituto Ação, uma Organização da Sociedade Civil (OSC), atende crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. Com sede no Bairro Chácaras Park Rio Preto, oferecem programas, projetos e serviços nas áreas cultural, esportiva e social, atendendo atualmente 92 crianças e adolescentes de forma contínua. Seu lema, “Amar a Deus e Servir Pessoas”, é a bússola que norteia suas ações e o serviço à comunidade local. O Instituto Ação surgiu da necessidade de suprir a ausência do estado em proporcionar acesso eficaz e contínuo a atividades esportivas, culturais, sociais e de desenvolvimento para crianças e adolescentes da periferia de nosso município. Completando um ano de atuação e serviços prestados, e estão comprometidos em expandir o atendimento a mais territórios na cidade, visando um atendimento contínuo e de excelência aos participantes.” (fl. 2)

Portanto, não vejo empecilho para que a matéria seja aprovada por esta Casa Legislativa, uma vez que foram cumpridos os requisitos previstos na Lei n.º 1.296, de 1990 para o reconhecimento de utilidade pública.

3. Conclusão:

Ante o exposto e salvo melhor juízo, sob os aspectos aqui analisados, dou pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei n.º 25/2025.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, data da assinatura eletrônica; 81º da Instalação do Município.

VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO

Relator Designado





CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí - MG, CEP: 38.610-066.

CNPJ:19.783.570/0001-23.

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SÉRGIO HENRIQUE RODRIGUES GARCIA**
- **VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO**, CPF: 107.98*. **6-*4 em 06/05/2025 18:04:52,
Cód. Autenticidade da Assinatura: 18W5.3H04.3529.636V.4607, Com fundamento na Lei
Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3AE.6E9** - Tipo de Documento: **PARECER** - Nº **179/2025**.

Elaborado por **JULIANA BERGMAN SILVA**, CPF: 088.29*. **6-*7, em 06/05/2025 - 17:26:46

Código de Autenticidade deste Documento: 1710.5426.746K.282H.3803

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

